

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

TENDÊNCIAS À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL DIANTE DA CRISE ECONÔMICA MUNDIAL.

Marco Antonio Bestetti Paccola¹

Resumo

A análise das condições de trabalho no Brasil e no mundo deve passar por uma profunda transformação diante dos acontecimentos deflagrados pela crise econômica mundial de 2008. O artigo visa analisar alguns aspectos pontuais acerca das condições de trabalho atuais no Brasil e os efeitos que a crise do capitalismo recente tem gerado sobre este universo.

Palavras-chave: trabalho, crise econômica, precarização.

TRENDS TO CASUALIZATION OF LABOR IN BRAZIL BEFORE THE GLOBAL ECONOMIC CRISIS.

Abstract

Before the global crisis of 2008, the situation of capitalist economies are deeply changed, causing disastrous consequences for working conditions in capitalist countries. From then intensifies, especially in peripheral countries, the imposition of reforms in the world of work, pressing towards the expansion of precarious forms of work, necessary to capitalism in this time of crisis, just by forming themselves into forms less costly and more flexible use of labor. The analysis of working conditions in Brazil and in the world must undergo a profound transformation in the face of events unleashed by the global economic crisis of 2008. The article aims to analyze some specific aspects about the current working conditions in Brazil and the effects that the crisis of late capitalism has generated on this universe.

Keywords: labor, economic crisis, precarious.

*Mestrando em Ciências Sociais – Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília.
Contato: marcopaccola@hotmail.com – Fone: 55 (43) 9938-8419.

A partir do início da década de 90, e durante todo o período que se sucedeu à implantação do Plano Real em 1994, o universo do trabalho no Brasil, vem passando por profundas transformações. A crise do modelo econômico keynesiano provocou a gradativa falência do Estado de Bem Estar na Europa e do modelo de desenvolvimento pautado na substituição de importações. Este modelo de desenvolvimento, levado a cabo por grande parte dos países periféricos do mundo capitalista, tomou forma no Brasil sobre a tutela do Estado Nacional Desenvolvimentista e significou uma reforma completa das condições do trabalho no país, adequando-o à economia capitalista do século XX. As reformas implantadas no âmbito trabalhista serviram de arcabouço para a expansão do modelo desenvolvimentista, pautado nos investimentos estatais e expansão da indústria, ao possibilitar a formação de uma mão de obra que pudesse ser utilizada de acordo com o modelo taylorista/fordista de produção, dominante nesta etapa do capitalismo mundial. Apesar disto, as reformas trabalhistas, inauguradas pelo Estado Nacional Desenvolvimentista, representaram um grande avanço em relação às condições trabalhistas no país. Isto porque estabeleceram condições básicas de trabalho, reguladas pela constituição nacional, entre elas podemos destacar: A criação do salário mínimo, da jornada de trabalho de 8 horas, criação da carteira de trabalho e do direito a previdência social. Direitos básicos que ainda não haviam sido assegurados juridicamente aos trabalhadores brasileiros. Contudo o alcance destas reformas em âmbito nacional foi muito limitado, apesar de proporcionar uma proletarização, da classe trabalhadora, elas não se estenderam a todos os setores da economia e grande parte dos trabalhadores permaneceu em condições extremamente precárias de trabalho.

Nem todos eram atingidos pelos benefícios do fordismo, havendo na verdade sinais abundantes de insatisfação mesmo no apogeu do sistema. Para começar a negociação fordista dos salários estava confinada a certos setores da economia e a certas nações-Estado em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimentos de larga escala na tecnologia de produção em massa. Outros setores de produção de alto risco ainda dependiam de baixos salários e da fraca garantia do emprego (HARVEY 1992 p.132)

Diferentemente dos países centrais, onde houve uma enorme disseminação do proletariado, no Brasil esta condição se resguardou a uma parcela menor dos trabalhadores, o que facilitou as reformas introduzidas pelo neoliberalismo no período posterior.

A crise do modelo taylorista/fordista de produção e a conseqüente expansão do modelo japonês toyotista, estão diretamente ligadas à difusão do neoliberalismo no mundo. Este tipo de modelo de produção, pressupõe uma enorme flexibilidade produtiva das empresas, no intuito de adequar a produção às “necessidades do mercado” (CORIAT 1993) o que acarreta a flexibilização também nos vínculos que estas empresas estabelecem com os trabalhadores. Enquanto o modelo fordista perdia força nas economias centrais, sendo substituído gradativamente pelo toyotismo, nas economias periféricas já era possível sentir a influência das transformações do norte. Com a liberação das barreiras a circulação do capital financeiro e as possibilidades inauguradas pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, a dinâmica do comércio e dos investimentos internacionais se alterou profundamente provocando uma reestruturação no modelo econômico dos países periféricos.

A expansão do neoliberalismo na América Latina e no Brasil provocou um retrocesso em relação às condições de trabalho, isto porque visou enquadrar o país na nova dinâmica produtiva, que exigiu uma maior flexibilidade de mão de obra, associada à redução dos gastos do Estado. Gerou desta forma um duplo movimento de precarização do trabalho, por um lado aumentou-se a insegurança por parte dos vínculos empregatícios e das novas formas de produção que visam à menor quantidade de utilização da mão de obra possível, de outro lado, reduziram-se os já escassos subsídios do Estado aos trabalhadores desempregados e a outros direitos de trabalho regulados pela legislação trabalhista (KALLEBERG 2009). Esta guinada neoliberal dos países da América Latina propiciou um aprofundamento da precarização do trabalho nestes países. Desta forma, aquela parcela dos trabalhadores que havia galgado uma série de direitos no período anterior, passa gradativamente a ver estas garantias reduzirem-se. Como já havíamos mencionado, nos países periféricos, a redução dos direitos trabalhistas e à precarização do trabalho em si, no período neoliberal, não encontrou uma forte resistência por parte dos trabalhadores, isto porque o próprio modelo de proletarização fordista, apoiado na expansão do mercado consumidor e do consumo em massa (HARVEY 1992), não se disseminou ao grosso da população destes países. Desta forma, a sensação de perda diante da precarização do trabalho, não foi compartilhada por todos os trabalhadores. Especificamente no Brasil, o projeto neoliberal valeu-se deste enorme fosso de desigualdades que existe no interior da própria classe trabalhadora, dividindo de um lado aqueles trabalhadores que alcançaram uma condição de proletarização nos moldes do fordismo e de outro os demais trabalhadores, em sua maior parte, precarizados. E, a partir desta lógica perversa, o neoliberalismo pôde lançar mão a uma política de caça aos “privilégios”, logrando assim, cooptar uma enorme parcela dos trabalhadores em condições precárias, que, sem se darem

conta do que estava acontecendo, apoiaram as políticas de ajuste e flexibilização do modelo neoliberal (BOITO 2003). A partir de então, as condições de trabalho no país, passaram a deteriorar-se ainda mais. O Brasil passou a conviver com taxas de desemprego altíssimas, que atingiram todas as camadas de trabalhadores, em consequência disto, a informalidade tornou-se lugar comum no cotidiano do trabalho, fazendo crescer cada vez mais o número de trabalhadores vulneráveis no país.

Um em cada três trabalhadores brasileiros ou recebe uma renda inferior a um salário mínimo ou então se enquadra na categoria de não-remunerados e de ocupados no setor de subsistência. Estes números se aproximam, já que a baixa renda e a informalidade avassaladora levam à não contribuição para previdência, além de dificultar a continuidade dos estudos, forçando muitos dos trabalhadores brasileiros a realizar horas extras ou acumular “bicos” no horário que deveria ser reservado ao lazer. (BARBOSA & CARVALHO 2006 p. 28)

Dentro de um universo de aproximadamente 95 milhões de trabalhadores em 2009, a população economicamente ativa brasileira atingiu a incrível marca de 48,7% de informalidade, segundo dados da Pesquisa nacional por amostra de domicílio (Pnad/IBGE)². Ainda segundo dados do IBGE, em 2004, 26,9% da população economicamente ativa brasileira, encontrava-se inserida no mercado de trabalho de forma extremamente precária, isto equivale a aproximadamente 23 milhões de trabalhadores. Dentre um total de 85 milhões em 2004, 25,6 milhões de trabalhadores, ou 30% da População economicamente ativa recebia menos de um salário mínimo por mês, 36% enfrentavam uma jornada de trabalho superior á 44 horas semanais e 53% não contribuíam com a previdência social. Estes dados apontam para uma realidade dramática das condições do trabalho no Brasil. Apesar de as reformas neoliberais ainda não terem se concretizado na legislação trabalhista brasileira, os próprios mecanismos de mercado trataram de incorporar as novas perspectivas referentes à dinâmica do mercado, dentro das relações trabalhistas (BARBOSA & CARVALHO 2006). O país adentrou em um cenário de desemprego em massa e inserção precária dos trabalhadores a partir das reformas implementadas durante os anos 90.

Contudo, passado o período inicial de adaptação à nova dinâmica econômica, o país logrou reverter a situação de expansão do trabalho precário. Ao menos em termos relativos, uma vez que, apesar de o montante de trabalhadores precarizados ter se mantido estável entre 2002 e 2004, em relação ao total da População economicamente ativa, houve uma pequena redução, de 27,8% em 2002 para 26,9% em 2004. Apesar de escassa, essa redução foi

² Entende-se por inseridos na informalidade, aqueles trabalhadores sem carteira assinada e/ou trabalhadores por conta própria.

acompanhada por uma diminuição da informalidade, de 55,3% em 2002, para 48,7% em 2009. E de uma redução da taxa de desemprego de aproximadamente 0,9% entre 2002 e 2009. Apesar das recentes melhorias observadas no âmbito do trabalho, o peso das reformas neoliberais ainda se faz sentir fortemente sobre os trabalhadores brasileiros e mundiais. Esta própria modificação da tendência a precarização do trabalho no Brasil parece-nos ser resultado da profunda condição de precariedade em que os trabalhadores nacionais estão inseridos desde os períodos mais remotos da expansão capitalista no país. E que, mesmo com a disseminação de um modelo econômico que tem por princípio a flexibilização do trabalho, ainda assim a situação em que grande parte dos trabalhadores brasileiros se encontra esta aquém daquelas condições promulgadas pelo neoliberalismo. Ou seja, mesmo com as reformas do período fordista, grande parte dos trabalhadores brasileiros ainda não possui condições minimamente aceitáveis de trabalho. Por este mesmo motivo é que foi possível ao país alcançar melhorias neste sentido em pleno período de desenvolvimento do neoliberalismo e da globalização dos mercados.

Obviamente as condições internacionais contribuíram para que o país pudesse alcançar estes resultados favoráveis, durante a maior parte dos anos 2000, a economia capitalista gozou de um período de expansão, com poucos momentos de turbulência, onde a reprodução dos lucros, através da incorporação de novos mercados consumidores como China, Índia, Brasil dentre outros, pôde assegurar a rentabilidade dos investimentos e ajudou a sustentar a economia dos países centrais. Contudo o panorama atual já não é mais o mesmo, a crise econômica mundial, inaugurada em 2008, trouxe consigo grandes modificações para as relações internacionais em geral, o que acarreta modificações em diversos âmbitos na questão nacional. Resta saber como esta crise esta afetando o universo do trabalho no Brasil, quais as possibilidades diante deste novo cenário e o que pode ser feito para minimizar os seus efeitos.

A Crise econômica internacional.

A conjuntura internacional de expansão das economias periféricas e crescimento da economia mundial como um todo, havia apaziguado as características mais perversas do processo de globalização atual. O cenário econômico favorável, fez com que os sintomas das transformações em curso impostas por esta globalização extremamente concentradora de poder e renda (FURTADO, 2001; BAUMAN, 1999), não fossem percebidos em relação à sua profundidade. No Brasil, mesmo após as reformas neoliberais e as transformações impulsionadas pela globalização: polarização das atividades financeiras e de pesquisa,

enfraquecimento dos Estados nacionais, vulnerabilidade das economias periféricas etc. (POCHMANN, 2001; HARVEY, 2004). O crescimento da economia nos anos 2000 assegurou os bons resultados em relação ao universo do trabalho, como demonstrado anteriormente.

Contudo, a crise econômica mundial que eclodiu a partir do final de 2008, tem trazido à tona aspectos cruéis da atual dinâmica produtiva do capitalismo global. Inicialmente tratada como uma crise do setor financeiro, a atual crise se espalhou para diversos setores da economia, modificando completamente o cenário internacional.

A expansão, sem precedentes, do capital financeiro observada durante a última década destruiu os obstáculos legais aos fluxos financeiros entre os países e criou uma onda especulativa, apoiada principalmente no crescimento dos mercados dos países periféricos. O crescimento da especulação financeira tomou proporções monstruosas, tornando-se a principal forma de reprodução do capitalismo nos países centrais durante os últimos anos. Ocorre ademais, que os investimentos financeiros dependem em contrapartida dos bons resultados no setor produtivo para continuarem a gerar bons frutos. A eclosão da crise econômica de 2008 entre outros diversos aspectos é resultante da diminuição do setor produtivo dentro da dinâmica econômica, e da expansão desregulada do capital financeiro, que gerou durante vários anos uma falsa sensação de crescimento das economias dos países centrais associada à expansão da demanda, quando na realidade o momento era de contração do consumo e ajuste nestes países. O capital financeiro, ávido por expandir-se, derrubou as garantias ao funcionamento regulado da economia (Sistema de Bretton Woods) o que contribuiu para instaurar a crise atual³. Por este mesmo motivo, os chamados países “emergentes” são vistos como a possível salvação do capitalismo mundial (ALVES 2011). Uma vez desgastada a economia dos países centrais, o crescimento do mercado consumidor de determinados países periféricos surge como possibilidade de reprodução da economia capitalista. Papel que até o momento, estes países vêm cumprindo com certa primazia.

Os efeitos da crise para o universo do trabalho no Brasil.

³ Não nos deteremos à complexidade dos aspectos constituintes da atual crise econômica mundial, o objetivo é apenas situar o leitor sobre os aspectos mais gerais desta crise, possibilitando assim uma melhor compreensão do texto.

Ainda é muito cedo para apontar com precisão quais os efeitos provocados pela crise econômica mundial em relação ao universo do trabalho no Brasil, contudo já é possível, diante dos acontecimentos recentes, apontarmos algumas tendências.

Houve em todo o mundo, uma retração efetiva da demanda, principalmente por produtos manufaturados, o que ocasionou uma redução dos fluxos comerciais entre os países e uma consequente redução dos investimentos no setor produtivo. Este movimento de retração, associado à retirada do Estado como agente investidor da economia, gerou uma escassez de recursos, principalmente nos países periféricos, que em sua maioria, tornaram-se dependentes dos investimentos externos para o desenvolvimento de suas economias (FERRARI, PAULA, 2006). Esta lógica de desenvolvimento pautada nos Investimentos externos estabelece uma situação de extrema vulnerabilidade dos países periféricos diante dos fluxos de capital internacional. Em contrapartida, a retração da demanda, também impulsiona as empresas a aumentarem sua competitividade no mercado internacional, isto implica entre outras coisas, principalmente na redução dos custos com a produção o que acarreta a necessidade das empresas de deslocarem a produção em busca das vantagens comparativas oferecidas pelos países periféricos⁴.

Com a crise de 2008, esta vulnerabilidade se exacerba e, na tentativa de atrair os escassos investimentos disponíveis, os países periféricos estabelecem uma competição perversa, que acarreta o desmantelamento das condições de trabalho e a profunda precarização de sua mão de obra, no intuito de oferecerem as “melhores” condições possíveis a aplicação dos investimentos internacionais (LOJKINE 2007). Portanto, esta dependência para com o capital externo, pressiona os países periféricos a precarizar sua força de trabalho no intuito de sustentar suas economias⁵.

De um lado, a crise de lucratividade capitalista força as empresas, mas também as administrações públicas a elas subordinadas, a exercer uma enorme pressão sobre os custos do trabalho e a tentar minar todas as formas de proteção sociais entendidas como “inflexíveis. (LOJKINE, 2007 p.34)

Os impulsos a precarização do trabalho não se restringiram aos países periféricos, mesmo as economias centrais do capitalismo tem passado por uma tendência a precarização do trabalho nos últimos anos, tendência esta que foi agravada pela atual crise, mas que já se impunha desde o desmonte do Estado de Bem Estar. Observou-se nestes países um profundo

⁴ Entre outras coisas, a disseminação das cadeias produtivas das empresas transnacionais para os países periféricos visa: menores custos com mão de obra, legislação trabalhista menos rígida, abundância de recursos naturais, proximidade com os novos mercados consumidores etc.

⁵ Exemplo disto é a Análise divulgada pelo IPEA em 2006, referente ao mercado de trabalho no país. Apontando os direitos trabalhistas como enclave a criação de novos postos de trabalho.

crescimento do desemprego e a expansão do trabalho por tempo parcial (HIRATA, 2011). Isto fez com que houvesse o crescimento da procura por postos de trabalho antes tidos como inaceitáveis por seus cidadãos, sendo relegados aos imigrantes, e que agora passam a ser cada vez mais disputados. Contudo, a situação nos países periféricos é ainda mais preocupante, uma vez que além das pressões impostas pelo cenário econômico, coexistem nestes países aspectos internos que agravam a situação. No Brasil, por exemplo, a baixa qualificação da força de trabalho torna-a ainda mais vulnerável ao trabalho precário, visto que as formas de trabalho desqualificado estão mais suscetíveis à precarização. Além disso, as condições de trabalho previamente estabelecidas nestes países, contemplam diversas formas de precarização e exploração do trabalho.

Considerações Finais.

O universo do trabalho tem sofrido uma enorme pressão por parte das políticas liberalizantes que vem sendo instauradas no Brasil e em grande parte do mundo capitalista. O movimento de precarização do trabalho, observado nos últimos anos, é um dos sintomas destas políticas e tem atingido de uma forma geral as economias capitalistas desde a década de noventa. Contudo nos países periféricos, as tendências a precarização do trabalho se acentuaram a partir deste período, associadas à dependência econômica em que estes se inserem no contexto internacional. A partir da crise mundial de 2008, a situação das economias capitalista se transforma em resposta a retração da demanda e ajustes econômicos ocorrido nos países centrais. A partir de então se intensifica, principalmente nos países periféricos, as imposições de reformas no universo do trabalho, pressionando no sentido da expansão das formas de trabalho precarizadas, necessárias ao capitalismo neste momento de crise, exatamente por se constituírem em formas menos custosas e mais flexíveis de utilização da mão de obra.

A forma através da qual esta precarização do trabalho se propagou nos países periféricos abrange, desde a intensificação do trabalho, a instabilidade do emprego diante do enorme contingente de desempregados, os baixos rendimentos do trabalho, a informalidade e a falta de proteção, o numero reduzido de horas de trabalho, as formas terceirizadas de contratação etc. (HIRATA 2011).

O panorama de escassez de investimentos diante do cenário de crise e, a dependência das economias periféricas diante do capital externo, estabelece um grave entrave a resistência

por parte dos Estados nacionais aos movimentos de precarização do trabalho, visto que, a competição internacional dos países periféricos no intuito de atrair recursos externos criou um universo de possibilidades para as empresas explorarem formas de trabalho precário em escala global. Além disso, a flexibilidade econômica e a globalização possibilitaram o fluxo livre de capitais e mercadorias pelo mundo, tornando acessível e passível de exploração as mais remotas regiões do planeta. Caso determinado país incorra na tentativa de preservar as condições de trabalho de sua população estará correndo um grande risco de perder “competitividade” em relação a outros países e ver migrarem os investimentos de que detinha. Isto pode inclusive significar a destruição da economia nacional para diversos países do terceiro mundo.

Parece pouco provável que esta tendência a precarização do trabalho se modifique no curto prazo. A crise econômica internacional deve se aprofundar ainda mais nos próximos anos (ALVES 2011), trazendo a tona os piores aspectos do liberalismo. Além disso, o gradativo desmonte das condições trabalhistas nas últimas duas décadas de hegemonia do neoliberalismo, enfraqueceram profundamente a capacidade de organização e reação dos trabalhadores, tanto no centro como na periferia do capitalismo. A organização sindical sofreu duros golpes e perdeu força diante dos agentes do mercado. O Estado nacional foi também fragilizado, atacado em diversas frentes pela reforma neoliberal e reduzido drasticamente. Durante os últimos dez anos, a capacidade do Estado brasileiro de resistir a precarização do trabalho e, a conjuntura internacional favorável possibilitou uma sensível melhora das condições trabalhistas no país. Porém o Estado detém atualmente de uma capacidade de intervenção muito reduzida sobre a economia. O que, associado à depressão econômica atual, esta significando uma virada no sentido da precarização do trabalho no país.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. (2011). *A crise europeia e o “moinho satânico” do capitalismo global*. O Comuneiro. N.13.

BARBOSA, A, F. CARVALHO, D, S. (2006). *O trabalho precário no mundo, na América Latina e no Brasil*. Observatório Social.

BAUMAN, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

CORIAT, B. (1993). Ohno e a escola japonesa de gestão da produção: Um ponto de vista de conjunto. In: HIRATA, H. (org.) *Sobre o “Modelo” Japonês: automatização, novas formas de*

organização e de relações de trabalho. São Paulo: Edusp, Aliança Cultural Brasil-Japão, p.79-91.

FERRARI FILHO, F.; PAULA, L. F. (2006). *Liberalização financeira e performance econômica: a experiência recente do BRIC*. Disponível em: <http://www.sep.org.br>

FURTADO, C. (2001). *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HARVEY, D. (2001) O Fordismo. In: HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, p. 121-134.

_____. (2004). *O novo imperialismo*. São Paulo, Editora Loyola.

HIRATA, H. (2011). Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. *Cadernos CRH*, Salvador, v.24, n. spe 01, p. 15-22.

LOJKINE, J. (2007). *O novo salariado informacional*. Nas fronteiras do salariado. *Crítica Marxista* n. 25, p. 31-46.

IBGE. (2010). *Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios 2009*. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf

IPEA (2006). *Brasil: o estado de uma nação Mercado de trabalho, emprego e informalidade*. Disponível em: www.ipea.gov.br

KALLEBERG, A, L. (2009). *O crescimento do trabalho precário*. Um desafio global. *RBCS* Vol. 24 n 69.

POCHMANN, M. (2001) *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, Editora Editempo, cap. 1.

RAIS. (2010). Características do Emprego Formal. Disponível em:
http://www.mte.gov.br/rais/2010/arquivos/Resultados_Definitivos.pdf

REZENDE, M, J. (2007). *As novas tecnologias podem ser coadjuvantes no processo de cumprimento dos objetivos de desenvolvimento do milênio da ONU?* *Investigacion y Desarrollo* vol. 15 n2.